



## Relatório de Gestão\_2023



## Índice

Nota Introdutória .....	2
1. Enquadramento .....	3
1.1. Missão e Visão .....	3
1.2. Estrutura Organizacional .....	3
1.3. Atribuições .....	4
1.4. Valores .....	6
1.5. Política de Qualidade .....	6
2. Análise Orçamental .....	6
2.1. Análise Orçamental da Receita .....	7
2.1.1. Análise Orçamental da Receita por Fonte de Financiamento .....	7
2.1.2. Análise Orçamental da Receita por Rubrica .....	9
2.2. Análise Orçamental da Despesa .....	9
2.2.1. Análise Orçamental da Despesa por Fonte de Financiamento .....	11
2.2.2. Análise Orçamental da Despesa por Rubrica .....	12
2.2.3. Projetos de Investimento/PIDDAR .....	13
3. Análise Económico-Financeira .....	14
3.1. Balanço .....	14
3.2. Demonstração de Resultados .....	17
4. Contabilidade de Gestão .....	22
5. Indicadores .....	25
5.1. Indicadores Económico-Financeiros .....	25
5.2. Indicadores Orçamentais .....	26

## **Nota Introdutória**

A elaboração do presente Relatório de Gestão tem como objetivo de proporcionar aos vários utilizadores informação acerca dos recursos e obrigações do Serviço Regional de Proteção Civil IP-RAM (SRPC, IP-RAM), dos gastos suportados e rendimentos obtidos, durante o ano de 2023, e do fluxo de recursos durante o período em causa.

O presente relatório complementa a informação a apresentar ao Tribunal de Contas, conforme estabelecido na Instrução n.º 1/2019, de 13 de fevereiro de 2019, relativa à prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do mesmo.

Para o efeito o SRPC, IP-RAM expõe informação financeira, orçamental e de gestão de acordo com o previsto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 85/2016 de 21-12-2016 e pelo Decreto-Lei nº 33/2018 de 15-05-2018.

## 1. Enquadramento

### 1.1. Missão e Visão

#### Missão

Prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo pessoas e protegendo bens.

#### Visão

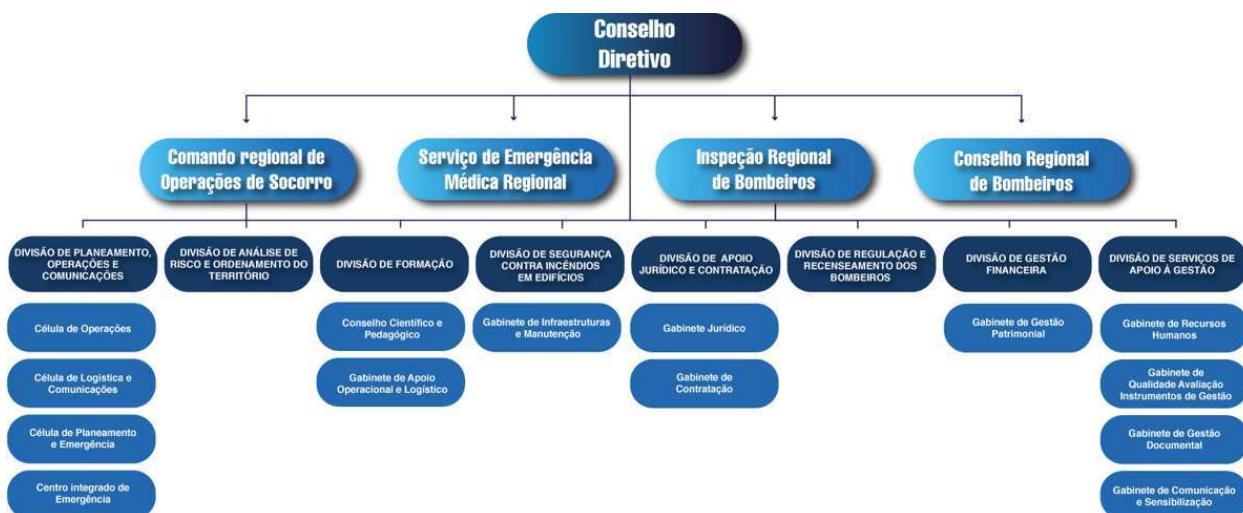
Serviço de Proteção Civil Moderno, Eficiente, Eficaz e Participativo.

### 1.2. Estrutura Organizacional

O Serviço de Regional Proteção Civil, IP-RAM, abreviadamente designado por SRPC, IP-RAM, foi criado em 2009, através do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, 30 de junho em sequência da extinção do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira. É um instituto público integrado na administração indireta da Região, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É um organismo com jurisdição sobre todo o território da Região Autónoma da Madeira e tem sede no Funchal.

O Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, 30 de junho e suas alterações posteriores referem que o SRPC, IP -RAM tem por missão prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo pessoas e protegendo bens. São ainda atribuições genéricas do SRPC, IP – RAM orientar, coordenar e fiscalizar as atividades exercidas pelos corpos de bombeiros, bem como todas as atividades de proteção civil e socorro.

O SRPC, IP-RAM tem a sua organização atual que decorre do Decreto Legislativo Regional nº 17/2009/M, de 30 de junho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais nºs 8/2010/M, de 26 de maio, 12/2013/M, de 25 de março e nº 17/2022/M, de 01 de agosto, consubstanciada através da Portaria Conjunta nº 247/2022, de 18 de maio, que aprova os estatutos do Serviço Regional de proteção Civil, IP-RAM.





### 1.3. Atribuições

Genericamente, as grandes unidades orgânicas do SRPC, IP–RAM são:

- a) Comando Regional de Operações de Socorro;
- b) Inspeção Regional de Bombeiros;
- c) Divisão de Planeamento, Operações e Comunicações;
- d) Divisão de Regulação e Recenseamento dos Bombeiros;
- e) Divisão de Formação;
- f) Divisão de Análise de Riscos e Ordenamento do Território;
- g) Divisão de Segurança Contra Incêndios em Edifícios;
- h) Divisão de Serviços e Apoio à Gestão;
- i) Divisão de Apoio Jurídico e de Contratação;
- j) Divisão de Gestão Financeira;
- l) Serviço de Emergência Médica Regional.

O **Comando Regional de Operações de Socorro (CROS)** é o serviço com funções de acompanhamento, coordenação e comando operacional das operações de socorro realizadas pelos corpos de bombeiros e demais agentes de proteção civil.

À **Inspeção Regional de Bombeiros (IRB)**, compete coordenar, acompanhar e fiscalizar, a nível regional, a atividade dos corpos de bombeiros no domínio da proteção civil e do socorro.

À **Divisão de Planeamento, Operações e Comunicações (DPOC)**, compete apoiar e encaminhar os pedidos de socorro provenientes diretamente dos cidadãos e de outros agentes de socorro; acionar a mobilização rápida e eficiente do pessoal indispensável e dos meios adequados e disponíveis no dispositivo de resposta operacional da RAM, que permitam a direção e intervenção coordenada nas ações de socorro.

À **Divisão de Regulação e Recenseamento dos Bombeiros (DRRB)**, compete regular a atividade dos corpos de bombeiros; velar pelo cumprimento das leis, regulamentos e normas aplicáveis aos corpos de bombeiros; garantir a manutenção, gestão, monitorização e execução do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses.

Compete à **Divisão de Formação (DF)**, promover a formação humana, profissional e cultural dos bombeiros e demais agentes de proteção civil.

À **Divisão de Análise de Riscos e Ordenamento do Território (DAROT)** compete: Promover estudos e analisar propostas destinadas a identificar, caracterizar e avaliar riscos coletivos de origem natural, tecnológica e mista que possam afetar o território da RAM.

À **Divisão de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (DSCIE)**, compete: Emitir pareceres sobre projetos de natureza legislativa ou regulamentar que visem a segurança contra incêndios em edifícios e a análise de riscos e propor medidas de idêntica natureza; Colaborar em ações de sensibilização e formação no domínio dos riscos; Elaborar e propor ao Conselho Diretivo o plano de inspeções e fiscalização extraordinários no âmbito do regime de SCIE; Assegurar o cumprimento do regime de segurança contra incêndios em edifícios na RA.

À **Divisão dos Serviços de Apoio à Gestão (DSAG)**, compete: Proceder à gestão dos recursos humanos do SRPC, IP-RAM; Coordenar a promoção dos Planos Anuais de Atividades o QUAR e o Plano de Gestão de Riscos e de Corrupção e Infrações Conexas do SRPC, IP-RAM; Apoiar o Conselho Diretivo no Sistema de Avaliação de Desempenho Garantir o fluxo documental do Serviço e promover a sua desmaterialização, Propor medidas tendentes à desburocratização, modernização e inovação do SRPC, IP-RAM, com vista a agilizar a capacidade de resposta e os processos de tomada de decisão; Coordenar a gestão da comunicação.

À **Divisão de Apoio Jurídico e de Contratação (DAJC)** compete: Apoiar na elaboração de regulamentos, minutas de contratos ou outros documentos de natureza jurídica e normativa; Elaborar e acompanhar os procedimentos de aquisições, no âmbito da contratação pública; Analisar e preparar projetos de diplomas legais no âmbito da Proteção Civil, procedendo aos necessários estudos jurídicos; Assegurar a assessoria jurídica e acompanhar o contencioso do SRPC, IP-RAM; Promover candidaturas e assegurar o acompanhamento de projetos de financiamento na área da Proteção Civil.

À **Divisão de Gestão Financeira**, designado (**DGF**), compete: Elaborar e executar o orçamento do SRPC, IP-RAM, e propor as respetivas alterações, tendo em conta a sua conformidade legal e regularidade financeira, bem como a economia, eficiência e eficácia; Elaborar o orçamento anual do SRPC, IP-RAM, em articulação com a Unidade de Gestão da Tutela; Assegurar o controlo orçamental permanente; Assegurar todas as tarefas na área da gestão financeira e de tesouraria; Efetuar o processamento e pagamento de vencimentos, abonos e outras remunerações.

O **Serviço de Emergência Médica Regional (SEMER)**, é o serviço técnico responsável por garantir a prestação do socorro medicalizado de emergência pré-hospitalar e orientar e coordenar a prestação do socorro não medicalizado concomitante, através da atividade dos vários agentes que intervêm na emergência pré-hospitalar. O SEMER integra a Equipa Médica de Intervenção Rápida, designada abreviadamente por EMIR.

#### **1.4. Valores**

Eficácia e prontidão no socorro às populações;

Equidade na assistência às populações;

Competência dos operacionais;

Abrangência na comunicação com as populações;

Rigor na precursão dos objetivos.

#### **1.5. Política de Qualidade**

O SRPC, IP-RAM, tendo como referência a política e planejamento global definidos pela Tutela, tem como Política da Qualidade, no âmbito das suas atribuições, assegurar:

- A obtenção de índices, sempre crescentes, de melhoria contínua da qualidade da prestação de serviços à sociedade e da eficácia do sistema de gestão da qualidade;
- A utilização eficaz, transparente e eficiente dos recursos à sua responsabilidade;
- A desburocratização, modernização e inovação dos serviços administrativos, com vista a agilizar a capacidade de resposta e os processos de tomada de decisão;
- A responsabilização, competências, formação contínua, motivação, dignificação e valorização profissional dos seus funcionários;
- A contribuição para o aumento do prestígio e dignificação da Administração Regional;
- A prestação, aos cidadãos, empresas e outras entidades, de serviços que respondam às suas necessidades e expectativas no cumprimento integral da legislação aplicável.

A política de Qualidade do SRPC, IP-RAM encontra-se consubstanciada no processo de certificação no Sistema de Gestão da Qualidade pela NP 9001:2015. Enquanto entidade certificada, no ano 2023, ocorreu a continuidade do trabalho desenvolvido no ciclo ainda em vigor, com a realização da 2.ª Auditoria de Acompanhamento

## **2. Análise Orçamental**

Neste capítulo efetua-se uma breve caracterização da execução orçamental do SRPC, IP-RAM, na qual será efetuada uma análise detalhada às principais rubricas de receita e despesa baseada nas Demonstrações Orçamentais.

## 2.1. Análise Orçamental da Receita

A proposta de orçamento inicial da receita por parte do SRPC IP-RAM para o ano de 2023 foi estimada em 14 372 609,00€, tendo sido aprovado 9 396 664,00€, tendo a redução incidido sobre as receitas provenientes das transferências do orçamento da Região Autónoma da Madeira.

No decorrer do ano registaram várias modificações orçamentais ao nível previsões de receitas, culminando num orçamento de receita no final do ano que ascendia a 11 890 050,00€. O incremento registado entre o orçamento inicialmente aprovado e o final do ano deveu-se maioritariamente à integração do saldo de gerência do ano de 2022 no orçamento de 2023.

A execução global das receitas foi de 93% face ao orçamentado, tendo as receitas previstas para os investimentos ficado aquém do estimado (65%) isto porque a componente cofinanciada de alguns projetos não foi recebida em 2023 conforme inicialmente previsto.

Tipo de Receita	Orçamento em 31.12.2023	Valor recebido 2023	Execução %
Funcionamento	9 498 964,00	9 493 068,76	100%
Investimento	2 391 205,00	1 554 839,59	65%
<b>Total</b>	<b>11 890 169,00</b>	<b>11 047 908,35</b>	<b>93%</b>

De assinalar que globalmente o SRPC IP-RAM aumentou as suas receitas totais em 4%, comparativamente ao período anterior.

Tipo de Receita	Valor recebido 2022	Valor recebido 2023	Var. %
Funcionamento	8 190 985,54	9 493 068,76	16%
Investimento	2 424 906,23	1 554 839,59	-36%
<b>Total</b>	<b>10 615 891,77</b>	<b>11 047 908,35</b>	<b>4%</b>

### 2.1.1. Análise Orçamental da Receita por Fonte de Financiamento

Na tabela abaixo é demonstrado a origem das receitas do SRPC, IP-RAM obtidas durante o ano de 2023:

Origem	2023	%
Receitas Próprias	6 712 958,42	61%
Receitas - ORAM	4 217 879,89	38%
Receitas - Un. Europeia	117 070,04	1%
<b>Total</b>	<b>11 047 908,35</b>	<b>100%</b>

Face à expressão que representa, as receitas próprias, as quais maioritariamente provenientes das taxas de seguro, representam 61% das receitas totais recebidas.



Nas receitas próprias está integrado o valor do saldo da gerência de 2022, o qual foi autorizada a isenção de entrega nos cofres do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira através despacho do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, sendo que, apenas devolvido ao cofre da Tesouraria o montante de 1730,84€.

Receitas Próprias	Valor recebido
Afetas a projetos cofinanciados	87 842,97
Receita própria do ano	3 611 684,59
Saldo de Gerência	3 013 430,86
<b>Total</b>	<b>6 712 958,42</b>

Com uma expressão de aproximadamente de 38% dos valores recebidos, tiveram origem no orçamento da Região Autónoma da Madeira (ORAM).

Analisando o quadro infra verifica-se que as receitas gerais não afetas a projetos, empregue apenas para suporte dos vencimentos do SRPC, IP-RAM sofreu um ligeiro aumento, não compatível com os aumentos efetuados, enquanto as receitas gerais afetas a projetos diminuíram consideravelmente.

Receitas - ORAM	Valor recebido 2022	Valor recebido 2023	Var. %
Receitas gerais não afetas a projetos	2 659 396,53	2 858 563,06	7%
Receitas gerais afetas a projetos	1 753 892,95	1 359 316,83	-22%
<b>Total</b>	<b>4 413 289,48</b>	<b>4 217 879,89</b>	<b>-4%</b>

Com menor expressão, também contribuíram para as receitas totais do SRPC, IP-RAM os valores oriundos da componente cofinanciada de projetos executados ao longo do ano, representando apenas 1% das receitas do ano de 2023.

Receitas - Un. Europeia	Valor recebido
Fundo Social Europeu - Madeira 14-20	117 070,04
Outros	18 780,50
<b>Total</b>	<b>135 850,54</b>

Comparativamente ao ano de 2022, as receitas do SRPC IP-RAM registaram um aumento global de 450 797,08€ o que representou um acréscimo de 4%.

Origem	2022	2023	Var. (€)	Var. (%)
Receitas Próprias	5 868 270,54	6 712 958,42	844 687,88	14%
Receitas - ORAM	4 413 289,48	4 217 879,89	- 195 409,59	-4%
Receitas - Un. Europeia	334 331,75	135 850,54	- 198 481,21	-59%
<b>Total</b>	<b>10 615 891,77</b>	<b>11 066 688,85</b>	<b>450 797,08</b>	<b>4%</b>

### 2.1.2. Análise Orçamental da Receita por Rubrica

Na tabela abaixo apresentada, constam os valores recebidos por grandes rubricas da receita.

Rubrica	2022	2023	Var. (%)
- Taxas	2 827 234,35	3 120 180,82	10%
- Transf. Correntes	4 536 156,07	4 272 219,42	-6%
- Outras Receitas Correntes	493 118,95	565 113,37	15%
-Transf. Capital	211 465,16	72 120,76	-66%
- Rep. Não Abatidas nos Pag.	1 397,44	4 843,12	247%
- Saldo de Gerência Anterior	2 546 519,80	3 013 430,86	18%
<b>Total Geral</b>	<b>10 615 891,77</b>	<b>11 047 908,35</b>	<b>4%</b>

A rubrica **R.04** – Taxas, regista maioritariamente (97%), os valores das taxas de seguro obtidas ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 11/83/M, de 08 de julho. Os restantes valores registados nesta rubrica são também provenientes de outras taxas, tais como as taxas de segurança contra incêndios referentes aos pareceres emitidos pela Divisão de Segurança Contra Incêndios em Edifícios no valor de 87.707,98€.

A rubrica **R.06** contempla as transferências correntes provenientes do ORAM, para suportar encargos/despesas com o pessoal do serviço, e ao cofinanciamento de despesas correntes afetas a projetos cofinanciados.

A rubrica **R.08** relativa às outras receitas correntes, integra as receitas correntes obtidas pelo serviço, como por exemplo, valores resultantes da disponibilização de cenários de formação, formação ministrada a entidades externas, e restituições de IVA.

A rubrica **R.10** incorpora as receitas para fazer face às despesas de capital oriundos do ORAM e projetos cofinanciados.

Por fim, a **R.16** é referente ao saldo de gerência do ano  $n-1$  o qual veio a ser incorporado no orçamento do SRCP, IP-RAM de 2023, na sequência da isenção de entrega do mesmo, nos termos referidos anteriormente.

### 2.2. Análise Orçamental da Despesa

No mesmo alinhamento da análise efetuada nos pontos anteriores, seguidamente é efetuada a mesma análise à execução da despesa efetuada no ano de 2023 pelo SRPC, IP-RAM.

A proposta de orçamento inicial de despesa por parte do SRPC IP-RAM para o ano de 2023 foi estimada em 14 372 609,00€, tendo sido aprovada 9 396 664,00€, tendo a redução incidido sobre as despesas a serem realizadas com as receitas provenientes das transferências do orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Tipo de Despesa	Proposta de Orçamento	Orçamento Aprovado	Var. %
Funcionamento	7 010 683,00	6 596 291,00	-6%
Investimento	7 361 926,00	2 800 373,00	-62%
<b>Total</b>	<b>14 372 609,00</b>	<b>9 396 664,00</b>	<b>65%</b>

No decorrer do ano registaram várias modificações orçamentais ao nível de várias dotações orçamentais, culminando num orçamento de despesa no final do ano que totalizava a 11 890 050,00 €. O incremento registado entre o orçamento inicialmente aprovado e o final do ano deveu-se maioritariamente à integração do saldo de gerência do ano de 2022.

Tipo de Despesa	Orçamento em 31.12.2023	Valor pago 2023	Execução %
Funcionamento	9 498 845,00	7 042 123,10	74%
Investimento	2 391 205,00	1 517 725,23	63%
<b>Total</b>	<b>11 890 050,00</b>	<b>8 559 848,33</b>	<b>72%</b>

Do orçamento disponível o SRPC, IP-RAM executou/pagou 72%. Neste âmbito, importa explicar alguns motivos que mais contribuíram para o facto de não ter sido realizada uma execução superior:

- ✓ A execução do contrato do meio aéreo situou-se em 74% do previsto em orçamento devido à da devolução das requisições de verbas para suporte dos serviços de outubro e novembro;
- ✓ Alguns procedimentos respeitantes a aquisições de bens para equipar os Corpos de Bombeiros, não foram concluídos até ao final do ano, devido à tramitação decorrente do processo de contratação pública, nomeadamente com a aquisição de um conjunto de equipamentos de proteção individual (274 984,95); aquisição de conjunto de equipamentos para a valência de salvamento em grande ângulo, em ambiente “Canyoning”, para distribuição aos Bombeiros Voluntários Madeirenses (116 267,04€);
- ✓ A não execução da totalidade dos contratos afetos ao Orçamento Participativo da Região Autónoma da Madeira (OPRAM) no montante de 313 506,00€.

A execução de diversos investimentos previstos e não executados em 2022 implicou um aumento da despesa em 13% face ao ano anterior.

Tipo de Despesa	Valor pago 2022	Valor pago 2023	Var. %
Funcionamento	5 197 607,37	7 042 123,10	35%
Investimento	2 403 122,70	1 517 725,23	-37%
<b>Total</b>	<b>7 600 730,07</b>	<b>8 559 848,33</b>	<b>13%</b>

### 2.2.1. Análise Orçamental da Despesa por Fonte de Financiamento

Na tabela abaixo constam os pagamentos por fontes de financiamento tendo em consideração a origem das receitas que suportaram a realização de tais despesas durante o ano de 2023.

Origem	2023	%
Receitas Próprias	4 298 796,59	50%
Receitas - ORAM	4 143 981,70	48%
Receitas - Un. Europeia	117 070,04	1%
<b>Total</b>	<b>8 559 848,33</b>	<b>100%</b>

Face à expressão que representam, as despesas executadas com recurso às receitas próprias ascenderam a 4 298 796,59€, as quais maioritariamente provenientes das taxas de seguro, e representam 50% das despesas totais pagas no ano de 2023.

Receitas Próprias	Valor pago
Afetadas a projetos cofinanciados	41 338,36
Receita própria do ano	2 219 517,35
Saldo de Gerência	2 037 940,88
<b>Total</b>	<b>4 298 796,59</b>

Com uma expressão de aproximadamente de 48% dos valores executados/pagos do total pago, foram suportados através de transferência do orçamento da Região Autónoma da Madeira (ORAM), diminuindo em 6% relativamente ao ano transato.

ORAM	Valor pago 2022	Valor pago 2023	Var. %
Despesas gerais não afetadas a projetos	2 657 665,69	2 784 664,87	5%
Despesas gerais afetadas a projetos	1 753 892,95	1 359 316,83	-22%
<b>Total</b>	<b>4 411 558,64</b>	<b>4 143 981,70</b>	<b>-6%</b>



Com uma representatividade de 1%, foram executadas despesas em 2023 cujos valores foram cofinanciados pelo Fundo Social Europeu.

Un. Europeia	Valor Pago
Fundo Social Europeu - Madeira 14-20	117 070,04
Outros	
<b>Total</b>	<b>117 070,04</b>

Comparativamente ao ano de 2023, as despesas executadas do SRPC IP-RAM registaram um incremento global de 959 118,26€ o que representa um aumento de 13% face ao ano anterior.

Origem	2022	2023	Var. (€)	Var. (%)
Receitas Próprias	2 951 695,47	4 298 796,59	1 347 101,12	46%
Receitas - ORAM	4 411 558,64	4 143 981,70	- 267 576,94	-6%
Receitas - Un. Europeia	237 475,96	117 070,04	- 120 405,92	-51%
<b>Total</b>	<b>7 600 730,07</b>	<b>8 559 848,33</b>	<b>959 118,26</b>	<b>13%</b>

### 2.2.2. Análise Orçamental da Despesa por Rubrica

Neste ponto é apresentado a execução da despesa realizada durante o ano de 2023 pelo SRPC, IP-RAM, assim como a breve explicação das despesas incluídas nas respetivas rubricas.

Rubrica	2022	2023	Var. (%)
D.01. Despesas com pessoal	2 876 546,94	3 112 006,94	8%
D.02. Aquisição de bens e serviços	2 666 322,90	2 321 110,62	-13%
D.04. Transferências correntes	1 109 245,89	818 140,34	-26%
D.06. Outras despesas correntes	-	37 184,00	100%
D.07. Aquisição de bens de capital	669 330,68	2 215 050,82	231%
D.08. Transferências de capital	27 283,66	56 355,61	107%
<b>Total</b>	<b>7 348 730,07</b>	<b>8 559 848,33</b>	<b>16%</b>

As despesas com pessoal registadas nas rubricas D.01. representaram 36% das despesas totais realizadas pelo SRPC, IP-RAM. Além das despesas afetas ao pessoal do quadro, incluem-se as despesas pagas aos profissionais que integram o Serviço de Emergência Médica Regional (SEMER), que representam um encargo de aproximadamente 40% das despesas pagas nesta rubrica. A quase totalidade desta despesa foi suportada por transferência oriundas do ORAM.

As despesas incluídas nas rubricas **D.02.** aquisição de bens e serviços representam aproximadamente 27% da despesa total, das quais 38% foram suportadas por receita próprias, 56% por transferências do ORAM, e as restantes 6% das despesas foram cofinanciadas.

Estas rubricas encontram-se distribuídas por várias despesas associadas aos encargos afetos ao normal funcionamento do serviço (ex. água, eletricidade, comunicações, manutenções, reparações e assistências técnicas, combustíveis, seguros, medicamentos e dispositivos médicos para a EMIR, despesas de formação, entre outros).

O decréscimo de 13% verificado face ao ano anterior, deve-se primordialmente ao não pagamento de faturas afetas a financiamento da GRAM por não transferência das requisições de verbas.

No que respeita às rubricas **D.04.** – Transferências Correntes, registou-se uma diminuição pela tramitação dos contratos programa para 2024.

As **despesas de capital** ascenderam a 2 215 050,82€, sendo 26% da totalidade da despesa executada e 99% suportada por receitas próprias/saldo de gerência. Destacou-se o valor de 674 336,55€ de aquisição de Aricas e Compressores de ar Comprimido, a quantia de 840 213,00€ para Aquisição de 9 ambulâncias de Socorro – Tipo B, para cedência às Associações de Bombeiros Voluntários, Bombeiros Municipais e Sapadores, e 263 097,00€ para aquisição de um veículo ROV (Remoted Operated Vehicle) de combate a incêndios complexos em infraestruturas industriais e em túneis.

Em outras despesas de capital, destaca-se as transferências de capital, agrupamento 08, no montante de 48 100,00€ afetas a despesas ao Orçamento Participativo – OPRAM 469 – Equipamento de Socorro e Emergência – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santana.

### **2.2.3. Projetos de Investimento/PIDDAR**

Na tabela abaixo são detalhados por fonte de financiamento as despesas referentes aos projetos de investimento/PIDDAR que tiveram execução no ano de 2023

Designação dos Projetos	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Despesa efetiva	Desvio execução - Orçamento corrigido	Taxa execução /Orçamento corrigido
52421 - Obra de Construção do Edifício de apoio à componente operacional e à Escola de Formação	92 716,00	7 469,00	-	- 7 469,00	0%
51878 - Implementação dos Meios Aéreos na RAM	1 798 465,00	1 758 561,00	1 296 672,08	- 461 888,92	74%
52038 - Apoio à formação de Agentes de Proteção Civil da RAM	285 000,00	378 271,00	150 582,46	- 227 688,54	40%
52127 - UMEMAC - Unidade modular de atendimento de emergência na Macaronésia	35 586,00	39 156,00	7 825,94	- 31 330,06	20%
52806 - Beneficiação dos Quartéis de Bombeiros da RAM	200 000,00	145 103,00	-	- 145 103,00	0%
53155 - OPRAM538 - Veículo de Busca Salvamento e Resgate em Montanha - AHBVC	99 640,00	-	-	-	
53194 - OPRAM469 - Equipamentos de socorro e emergência - AHBVS	48 100,00	48 100,00	48 100,00	-	100%
53195 - OPRAM404 - Veículo de Socorro e Resgate em Montanha - AHBVRBPS	100 000,00	-	-	-	
53196 - OPRAM539 - Veículo de Salvamento, Socorro e Resgate em Montanha - AHBVSVP	99 640,00	-	-	-	
53197 - OPRAM664 - Central Comunicações de Bombeiros - AHBVSVP	14 226,00	-	-	-	
53198 - OPRAM618- Instalação de 5 DAE (Desfibrilhadores Automáticos Externos)	27 000,00	14 545,00	14 544,75	- 0,25	100%
<b>Total</b>	<b>2 800 373,00</b>	<b>2 391 205,00</b>	<b>1 517 725,23</b>	<b>- 873 479,77</b>	<b>63%</b>

### 3. Análise Económico-Financeira

Neste capítulo efetua-se uma breve caracterização da situação económico-financeira do SRPC IP-RAM baseada em indicadores daquela natureza. Será ainda efetuada uma análise detalhada às principais rubricas contabilísticas das demonstrações financeiras, nomeadamente da Demonstração dos Resultados e do Balanço.

#### 3.1. Balanço

No quadro seguinte constam as principais rubricas do Balanço onde seguidamente é justificado os valores das principais rubricas.

Rubricas		2022	2023	Δ 22/23
1. Ativo não corrente	Ativos fixos tangíveis	12075613,33	12 488 715,78	3%
	Ativos intangíveis	92993,76	51 476,04	-45%
	<b>Total do Ativo não corrente</b>	<b>12 168 607,09</b>	<b>12 540 191,82</b>	<b>3%</b>
2. Ativo corrente	Devedores por transf. e sub. não reemb.	105 503,04	85 424,10	-19%
	Clientes, contribuintes e utentes	-	175,00	n/a
	Estado e outros entes públicos	184 590,37	337 505,02	83%
	Outras contas a receber	522 937,21	732 908,20	40%
	Diferimentos	5 170,14	6 762,20	31%
	Caixa e depósitos	3 056 661,70	2 543 222,02	-17%
	<b>Total do Ativo Corrente</b>	<b>3 874 862,46</b>	<b>3 705 996,54</b>	<b>-4%</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>16 043 469,55</b>	<b>16 246 188,36</b>	<b>1%</b>
3. Património Líquido	Património/Capital	1 777 418,77	1 777 418,77	0%
	Resultados transitados	3 801 476,33	4 794 507,11	26%
	Outras variações no património líquido	8 405 927,50	7 981 950,26	-5%
	Resultado líquido do período	993 030,78	- 255 474,11	-126%
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>14 977 853,38</b>	<b>14 298 402,03</b>	<b>-5%</b>
4. Passivo não corrente	Provisões	474 681,86	474 681,86	0%
	<b>Total do Passivo não Corrente</b>	<b>474 681,86</b>	<b>474 681,86</b>	<b>0%</b>
5. Passivo corrente	Cred. por transferências e subs. não reemb.	91 148,70	326 868,98	259%
	Fornecedores	-	366 447,34	n/a
	Estado e outros entes públicos	-	90 495,07	n/a
	Fornecedores de investimentos	-	92 436,31	n/a
	Outras contas a pagar	499 785,61	596 856,77	n/a
	Outros passivos financeiros	-		n/a
	<b>Total do Passivo Corrente</b>	<b>590 934,31</b>	<b>1 473 104,47</b>	<b>149%</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1 065 616,17</b>	<b>1 947 786,33</b>	<b>83%</b>
<b>Total do património líquido e passivo</b>		<b>16 043 469,55</b>	<b>16 246 188,36</b>	<b>1%</b>

Relativamente às rubricas do Balanço salientam-se os seguintes indicadores globais:

Total do Ativo é 16 246 188,36, sendo que:

- ✓ Ativo não corrente ascende a 12 540 191,82€;
- ✓ Ativo corrente ascende a 3 705 996,54€.

Total do Passivo é de 1 947 786,33, sendo que:

- ✓ Passivo não corrente ascende a 474 681,86€;
- ✓ Passivo corrente ascende a 1 473 104,47€.

O Património Líquido ascende a 14 298 402,03€.

As contas do **Ativo** em 2023 registaram um aumento de 1% face ao ano anterior, sendo que:



- ✓ O **ativo não corrente** na sua globalidade registou uma diminuição de cerca de 372 mil euros devido às cedências de bens e às depreciações do período.

Ativo Não Corrente	
[+] Ativo Líquido - Não Corrente Inicial	12 168 607,09
[+] Aquisições	1 937 877,31
[-] Cedências de bens); OUTRAS	- 630 193,49
[-] Amortizações do Exercício	- 936 099,09
[+] Ativo Líquido - Não Corrente Final	12 540 191,82

- ✓ O **ativo corrente** registou uma diminuição de 4% face a igual período do ano anterior. Esta diminuição deve-se a:

Ativo Corrente	2022	2023	Var. (%)
Devedores por transf. e sub. não reemb.	105 503,04	85 424,10	-19%
Clientes, contribuintes e utentes	-	175,00	n/a
Estado e outros entes públicos	184 590,37	337 505,02	83%
Outras contas a receber	522 937,21	732 908,20	40%
Diferimentos	5 170,14	6 762,20	31%
Caixa e depósitos	3 056 661,70	2 543 222,02	-17%
	3 874 862,46	3 705 996,54	-4%

- Conta devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis referente à especialização do valor que se encontrava por receber por parte do Instituto para a Qualificação referente ao projeto Apoio à formação de Agentes de Proteção Civil da RAM.
- Conta Estado e outros entes públicos - o saldo de Imposto sobre o valor acrescentado que no final do ano se encontrava por receber referente à restituição do IVA solicitada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 84/2017 de 21 de julho;
- Outras contas a receber, refere-se ao saldo da conta outros acréscimos de rendimentos referente às especializações de férias, subsídios de férias, taxas de seguros e relativas dezembro de 2022 só rececionados em janeiro de 2023 e de dezembro de 2023 recebidas em 2024;
- Conta Caixa e depósitos que no final de 2023 apresentava um saldo inferior em cerca de 513 mil euros (-17%). Este decréscimo resulta da execução de alguns investimentos transitados e que se concretizaram conforme já referido no ponto 2.2.2, através da utilização do saldo de gerência.

- ✓ As contas afetas ao **Passivo** em 2023 na globalidade registaram um aumento de 83% face ao ano anterior, cuja justificação deve-se a um incremento de 149% do Passivo Corrente, uma vez que o Passivo não Corrente, manteve-se inalterado comparativamente ao ano anterior.

O aumento do Passivo Corrente surge principalmente por valores a pagar que transitaram no mapa da dívida do SRPC, IP-RAM (nota 18 do Anexo às demonstrações financeiras).

De salientar que o saldo Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos decompõem-se da seguinte forma:

- Credores por devoluções de transferências e subsídios - Transferências de Capital – Governo Regional da Madeira o saldo de 305 193,05€ referente ao IVA restituído ao SRPC IP-RAM por parte da Autoridade Tributária e que inicialmente foi financiado por transferências do Governo Regional de Madeira e que se encontra pendente de regularização.
- Credores por devoluções de transferências e subsídios - Instituto de qualificação profissional o saldo de 21 675,93 € relativos ao IVA restituído ao SRPC IP-RAM por parte da Autoridade Tributária e que inicialmente foi cofinanciado em 85% na sequência da candidatura M1420-10-5763-FSE-000007 e que se encontra pendente de regularização junto do Instituto para a Qualificação IP-RAM, não obstante do SRPC IP-RAM já ter dado conhecimento à entidade financiadora do recebimento da restituição do IVA de bens cofinanciados e que em futuros pedidos de pagamento serão deduzidos os respetivos valores do IVA cofinanciado.

O **Património Líquido** do SRPC IP-RAM face ao igual período anterior, registou uma variação de -5%.

A variação registada nos **Resultados Transitados** deve-se à integração do Resultado Líquido do ano anterior.

O **Resultado Líquido** do ano de 2023 regista um valor negativo na quantia de 255 474,11 €, o que se traduz numa diminuição de 126 % face ao ano transato. De notar que o resultado negativo do ano em curso foi significativamente afetado pela doação de equipamentos de proteção individual (EPI's) às diversas corporações de bombeiros, no valor de cerca de 630 mil euros, pelo aumento dos gastos com o pessoal e pelo aumento das amortizações do exercício.

### 3.2. Demonstração de Resultados

No quadro seguinte constam as principais variáveis da Demonstração dos Resultados, onde seguidamente é justificado o apuramento das principais contas.

	Ano		
Rendimentos e Gastos	2022	2023	Δ23 /22
Impostos, contribuições e taxas	2 762 878,84	3 041 998,59	10%
Vendas			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Prestações de serviços e concessões	108 671,93	116 353,23	7%
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 772 559,09	4 283 020,29	-10%
Fornecimentos e serviços externos	-2 330 556,88	-2 346 680,03	1%
Gastos com pessoal	-2 881 649,49	-3 328 367,26	16%
Transferências e subsídios concedidos	-1 094 926,59	-876 255,91	-20%
Prestações sociais	-28 516,61	-42 588,82	49%
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos	477 614,14	497 770,50	4%
Outros gastos	-2 474,01	-664 625,61	26764%
<b>Resultados antes de deprec. e gastos de financ.</b>	<b>1 783 600,42</b>	<b>680 624,98</b>	<b>-62%</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-790 569,64	-936 099,09	18%
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financ.)</b>	<b>993 030,78</b>	<b>-255 474,11</b>	<b>-126%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>993 030,78</b>	<b>-255 474,11</b>	<b>-126%</b>
Imposto sobre o rendimento			
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>993 030,78</b>	<b>-255 474,11</b>	<b>-126%</b>

Para o **Resultado líquido do exercício** no valor negativo de 255 474,11€ relativo ao ano de 2023 contribuíram os seguintes valores:

(+) Impostos, contribuições e taxas no valor 3 041 998,59 € foram provenientes das taxas de seguro obtidas ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 11/83/M, de 08 de julho de 1983. A variação de 10% deve-se ao facto de em 2023 o SRPC IP-RAM ter recebido um valor excecional de taxas de seguro relativas a anos anteriores.

(+) Prestações de serviços e concessões correspondem ao aluguer de espaços para a realização de formações e formação ministrada pela Escola de Formação em Proteção Civil e Bombeiros, assim como as taxas de segurança contra incêndios referentes aos pareceres emitidos pela Divisão de Segurança Contra Incêndios em Edifícios;

Conta	Descrição da Conta	Valor
7.2.99	Outros serviços	28 545,25
7.2.06	Vistorias e ensaios	87 807,98
		116 353,23

(+) Transferências e subsídios correntes obtidos no valor de 4 283 020,29 € contemplam os valores das transferências provenientes do Governo Regional para fazer face às despesas com pessoal e com o meio aéreo, assim como as transferências correntes efetuadas pelo Instituto para a Qualificação e da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. relativo à parte cofinanciada dos projetos anteriormente executados.

(+) Outros Rendimentos relativos, em especial, à imputação de subsídios e transferências para investimentos, na quota parte da amortização dos bens que lhe estão associados

Conta	Descrição da Conta	Valor
7.8.8.1.9	Outras	39 516,82
7.8.8.3	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	453 410,56
7.8.8.9.1.2	Reembolsos	4 843,12
		497 770,50

(-) Fornecimentos e serviços externos no valor de 2.330.556,88 € o qual registou um aumento de 16.123€ face ao ano anterior (1%).

O valor mais substancial registado nesta conta refere-se à despesa com o meio aéreo de combate aos incêndios florestais.



Conta	Descrição da Conta	Valor
6.2.1.8	Tecnologias de informação e comunicação	10 725,00
6.2.1.9	Outros subcontratos ou parcerias - Meio Aéreo	1 304 355,64
6.2.2.1.	Trabalhos Especializados	101 680,37
6.2.2.2	Publicidade, comunicação e imagem - Geral	8 422,23
6.2.2.3	Vigilância e segurança	24 737,33
6.2.2.6	Conservação e reparação de ativos fixos	128 322,06
6.2.3.1	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	879,75
6.2.3.2	Livros e documentação técnica	1 342,00
6.2.3.3	Material de escritório	10 987,03
6.2.3.7	Medicamentos e artigos para a saúde	19 100,80
6.2.3.9	Outros materiais diversos de consumo	4 598,70
6.2.4.1	Eletricidade	83 017,86
6.2.4.2	Combustíveis e lubrificantes	40 902,09
6.2.4.3	Água	20 199,74
6.2.4.9	Outros	37,09
6.2.5.1	Deslocações e estadas	83 724,51
6.2.5.3	Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	4 322,55
6.2.5.9	Outros	400,00
6.2.6.1	Rendas e alugueres	17 940,63
6.2.6.2	Comunicação	51 761,55
6.2.6.3	Seguros	86 637,20
6.2.6.7	Limpeza, higiene e conforto	19 108,76
6.2.6.9	Outros serviços	323 477,14
		2 346 680,03

(-) Gastos com pessoal, no ano em análise, ascenderam a 3 328 367,26 €, tendo registado um aumento de 16% face ao ano anterior devido despesas associadas à permanência por período mais alargado da EMIR no Porto Santo e às alterações da Orgânica do SRPC.

(-) Transferências e subsídios concedidos no ano de 2023 registou um decréscimo de 10% face ao ano anterior.

Conta	Descrição da Conta	Valor
6.0.1	Transferências correntes concedidas - POCIR	808 874,88
6.0.2	Subsídios correntes concedidos - apoio ao emprego	19 281,03
6.0.3.1	Tarifa Social de fornecimento de energia elétrica	42 588,82
6.0.4.1	Transferências de capital concedidas - espécie - bens de capital	48 100,00
		918 844,73

(-) Prestações Sociais no valor de 42 588,82 € relativo à atribuição do benefício da tarifa social de fornecimento de energia elétrica aos bombeiros voluntários dos quadros de comando e ativo da RAM, conforme previsto na Portaria n.º 735/2019 de 30 de dezembro.

(-) Outros gastos os quais registaram um incremento de 662 mil euros face ao ano anterior. O aumento mais significativo decorre dos donativos de Equipamentos efetuados às várias corporações de bombeiros da RAM (630 mil euros):

Conta	Descrição da Conta	Valor
6.8.1.3	Taxas	608,38
6.8.7.3	Abates	403,29
6.8.8.1.4	Devolução de transferências e subsídios obtidos	33 823,74
6.8.8.2.1.2	Transferências de capital concedidas - espécie - bens de capital	629 790,20
		664 625,61

(-) Gastos/reversões de depreciação e amortização ascenderam a 936 099,09 €, apresenta um aumento de cerca de 146 mil euros em linha com o aumento dos investimentos do ano, designadamente, ao nível da aquisição de 9 ambulâncias e veículo ROV.

Não foi apurado imposto sobre o rendimento uma vez que a entidade não se encontra sujeita a IRC, o **Resultado líquido do período** cifrou-se em -255 474,11 €.

#### 4. Contabilidade de Gestão

A gestão pública visa à promoção do bem-comum, busca melhor servir aos interesses públicos e às necessidades da sociedade. Para atender às necessidades da sociedade, o Estado implementa um processo de planeamento, execução e controlo, sendo dever do Estado maximizar a receita arrecadada, evitando sonegação de impostos, atuando como agente fiscalizador e gerando o maior benefício para a sociedade.

Para um melhor controlo da ação governamental com foco nos resultados, é necessário que a administração pública possua um sistema de contabilização de custos que permita analisar a eficiência da utilização dos recursos públicos disponibilizados aos gestores, para a execução dos seus programas de governo.

O papel básico da Contabilidade Analítica ou de Gestão no sector público é o de proporcionar aos gestores a informação necessária para levar a cabo o planeamento e executar as funções de controlo.

Em termos de divulgação o relatório de gestão contempla os seguintes aspetos:

- a) Ser compreensível para o nível superior de gestão e para a gestão operacional;
- b) Fornecer custos por *outputs*;
- c) Identificar os custos controláveis por cada unidade envolvida na produção de *outputs*;
- d) Comparar os custos reais com os planos e orçamentos, com os custos padrão ou de referência, ou com uma combinação destes, e comparar os custos reais com períodos anteriores;
- e) Ser consistente com a base contabilística utilizada para preparar relatórios de contabilidade financeira;
- f) Ser relevante para o planeamento e execução do orçamento.

A contabilidade de gestão apoia na justificação do custo das atividades, auxilia na análise da eficiência dos recursos públicos, permite o controlo da contabilidade patrimonial, complementa o reporte e prestação de contas e facilita o controlo dos custos das obras efetuadas por administração direta, entre outras contribuições.

O controlo interno tem como objetivo a realização eficiente e eficaz dos procedimentos contabilísticos, assim como o cumprimento das normas internas e obrigações legais de modo a resultar numa adequada preparação dos relatórios financeiros.

Concluindo, a contabilidade de gestão é uma ferramenta fundamental para conhecer a situação económica e técnica da entidade, proporcionando um controlo rigoroso dos recursos públicos e auxiliando o processo de tomada de decisão.

A Norma de Contabilidade Pública 27 – Contabilidade de Gestão foi adotada pela primeira vez pelo SRPC, IP-RAM apenas no exercício de 2020, tendo, nesta primeira fase, o foco incidido sobre a imputação dos custos diretos conforme tabela 1, abaixo apresentada.

Nos centros de responsabilidade (vulgarmente designados por centros de custo) são registados e apurados os custos, os proveitos, os resultados e os investimentos de funcionamento da organização que poderão servir de *input* às contas analíticas. Estes centros representam os segmentos organizacionais da empresa cujos responsáveis terão de responder pelos resultados obtidos perante os responsáveis hierárquicos superiores que, no topo da cadeia, representam a administração, a gerência ou os associados.

Para atribuição de chaves de repartição a estes centros terão de ser analisadas as bases de imputação mais adequadas, uma vez que nem sempre é possível definir uma unidade de produto. Como tal, estas bases de imputação podem advir de áreas tão distintas como a administrativa, a financeira, o aprovisionamento, a produção ou a distribuição.

Classificação	Designação
011	Conselho Diretivo
021	Inspeção Regional de Bombeiros
031	SEMER - Serviço de Emergência Médica Regional
041	Comando Regional de Operações de Socorro
051	Divisão de Análise de Riscos e Ordenamento do Território
052	Divisão de Segurança Contra Incêndio em Edifícios
061	Divisão de Formação
071	Divisão de Apoio Jurídico e de Contratação
072	Divisão dos Serviços de Apoio à Gestão
073	Divisão de Gestão Financeira
081	Agentes de Proteção Civil e Outras entidades
090	Gastos e rendimentos indiretos ou comuns
100	Contas reflexão

A Contabilidade Orçamental caracteriza-se pela quantificação de custos, proveitos e fluxos financeiros dos planos de ações dos gestores (em quantidades, valores e prazos), permitindo a análise periódica (em geral, mensalmente) de desvios e consequente adoção de medidas corretivas, quer sejam orçamentos operacionais (compras, produção ou vendas) quer sejam orçamentos globais (tesouraria, financeiro, demonstração de

resultados previsionais ou balanço previsional). Não se pode, nem se deve, dissociar a gestão orçamental do sistema contabilístico, dado que o orçamento possibilita uma visão integrada das operações, dos custos, dos proveitos e dos fluxos financeiros, constituindo o modelo económico e financeiro da empresa. O relacionamento destas duas áreas é biunívoco porque, se por um lado, a contabilidade utiliza, na valorização das prestações internas de bens e serviços, custos definidos no orçamento, por outro fornece os dados reais necessários ao controlo do orçamento.

No que se refere aos custos e rendimentos, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, concretamente ao sistema de custeio adotado, foi utilizado o sistema de custeio direto, em que os recursos são consumidos por atividades e onde são imputados os gastos diretos às atividades desenvolvidas, inclusive amortizações. O critério utilizado de afetação dos gastos foi o da percentagem do total dos custos ocorridos, traduzida na tabela 3, infra:

Código CG	Gastos	% Gastos	Rendimentos	% Rendimentos	Resultado
01	168 560,81	2%	-	0%	- 168 560,81
02	456 218,06	6%	-	0%	- 456 218,06
03	1 633 366,29	21%	13 623,75	0%	- 1 619 742,54
04	674 325,31	9%	984,00	0%	- 673 341,31
05	364 160,85	5%	87 707,98	1%	- 276 452,87
06	530 579,60	7%	13 862,50	0%	- 516 717,10
07	612 471,88	8%	-	0%	- 612 471,88
08	2 267 313,25	29%	1 296 672,08	17%	- 970 641,17
09	1 174 069,58	15%	6 212 741,21	81%	5 038 671,63
<b>Total Geral</b>	<b>7 881 065,63</b>	<b>100%</b>	<b>7 625 591,52</b>	<b>100%</b>	<b>- 255 474,11</b>

Os rendimentos afetos ao SEMER compreendem a participação da EMIR em determinados eventos. Analisando a tabela 3, os gastos respeitantes ao SEMER, que englobam as despesas da missão da Emir no Porto Santo e o STAT, ascendem a 1 633 366,29 €.

Relativamente aos rendimentos, nos montantes de 87 707,98 € (DSCIE) e 13 862,50 € (DF), a primeira diz respeito às taxas de vistoria e a segunda ao aluguer de espaços afetos à Formação.

O valor mais significativo encontra-se afeto à classificação 081, que engloba não só o POCIR, mas também o contrato de serviços do meio aéreo. Os montantes a crédito (rendimentos) correspondem às transferências para suporte do custo do referido contrato.

A análise global dos custos e rendimentos ascende ao montante de - 255 474,11 €, correspondente ao resultado líquido do ano.

## 5. Indicadores

### 5.1. Indicadores Económico-Financeiros

Indicadores Económico-Financeiros					
Dimensão	Indicador	Fórmula de cálculo	Período		
			31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	2,52	6,56	4,13
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente (ou CP)	2,52	6,56	4,13
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	1,73	5,17	3,03

Indicadores Económico-Financeiros					
Dimensão	Indicador	Fórmula de cálculo	Período		
			31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
Rentabilidade de	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	-8,09	34,58	-5,42
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	Margem Bruta / Volume de Negócios * 100, sendo que: Margem bruta = vendas – custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	n/a	n/a	n/a
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	-1,79	6,63	-1,01
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	-1,57	6,19	-0,92

Indicadores Económico-Financeiros					
Dimensão	Indicador	Fórmula de cálculo	Período		
			31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	Volume de Negócios/ Ativo	0,19	0,18	0,17
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	Saldo Médio Inventários/ Saldo médio Custo das vendas * 365	n/d	n/d	n/d
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes / Saldo Médio Volume de Negócios * 365	0,02	-	0,03
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	Saldo médio Fornecedores/ Saldo médio (Compras + FSE) * 365	57,39	-	0,50
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	Saldo médio (Fornecedores + Fornecedores Imobilizado) / Saldo médio (Compras + FSE + Aquisição de imobilizado) * 365	n/d	n/d	n/d

Indicadores Económico-Financeiros					
Dimensão	Indicador	Fórmula de cálculo	Período		
			31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,88	0,93	0,92
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	7,34	14,06	10,96
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/ Gastos Financeiros	n/a	n/a	n/a
	Endividamento	Passivo/Ativo	0,12	0,07	0,08

## 5.2. Indicadores Orçamentais

Indicadores Orçamentais				
Indicador	Fórmula de cálculo	Período		
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
Grau de Execução Orçamental da receita (%)	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	0,93	0,95	0,90
Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	Despesa paga líquida/ Dotações corrigida	0,72	0,68	0,66
Indicador de estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva/ Total receita cobrada efetiva	1,00	1,00	1,00
Indicador de estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva/ Total despesa paga efetiva	1,00	1,00	1,00
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	1 669 071,71	1 204 393,64	926 455,99
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	818 988,31	1 857 716,02	1 568 225,07
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	2 488 060,02	2 552 635,39	2 552 635,39
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	2 488 060,02	2 552 635,39	2 552 635,39
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos/Liquidações	1,00	1,00	1,00
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos/Obrigações	0,94	1,00	1,00

Funchal, 22 de abril de 2024

### Conselho Diretivo

Presidente

Assinado por: **ANTÓNIO JOSÉ MENDES NUNES**

Num. de Identificação: BI06592628

Data: 2024.04.29 19.11.11 GMT Daylight time



CHAVE MÓVEL

les Nunes

Assinado por: **Marco Aurélio Fernandes Lobato**

Num. de Identificação: 10097394

Data: 2024.04.29 17:02:29+01'00'

Marco Aurélio Fernandes Lobato



## Divisão de Gestão Financeira



Secretaria Regional  
de Saúde e Proteção Civil



### **SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM**

Caminho do Pináculo, nº 14, São Gonçalo, 9060-236, FUNCHAL

Telef: 291 700 110

Contribuinte N° 509 079 911

Email: [srpc@madeira.gov.pt](mailto:srpc@madeira.gov.pt)

Site Oficial: [www.procivmadeira.pt](http://www.procivmadeira.pt)